

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N^º , DE 2019

(Das Sras. Deputadas **MARGARIDA SALOMÃO, MARIA DO ROSÁRIO, PROFESSORA ROSA NEIDE, e outros**)

Requer a convocação do Ministro da Educação, ABRAHAM WEINTRAUB para prestar esclarecimentos sobre manifestações a ele atribuídas e em relação ao planejamento do Ministério da Educação (MEC).

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 24, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 50 da Constituição Federal, a convocação do Ministro da Educação, ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB, para prestar esclarecimentos sobre manifestações a ele atribuídas e em relação ao planejamento do Ministério da Educação (MEC).

JUSTIFICATIVA

O Programa de Governo do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro sinalizava para agendas amplamente questionáveis para o campo educacional. Combinava “austericídio”, muitos jargões e posições conservadoras para o campo escolar e acadêmico: expurgar a ideologia de Paulo Freire, enfrentar uma suposta e indefinida “forte doutrinação” nas instituições educacionais; garantir um colégio militar em todas as capitais de Estado (militarização), parcerias com a iniciativa privada e educação à distância. Nenhuma linha sobre as questões relacionadas ao insuficiente financiamento para uma educação de qualidade para todos, entre outros temas relevantes e estratégicos para o país. Mas o candidato não foi aos debates e a sociedade não pôde compreender o que estava sendo proposto.

O demitido, Sr. Ricardo Vélez Rodríguez, primeiro titular da pasta, marcou sua passagem com muitas polêmicas e nenhuma proposição apresentada, situação absolutamente preocupante. Falas preconceituosas e elitistas, além de nomeações de dirigentes sem experiência e conhecimento sobre a área, somadas a muitas disputas internas por poder, nomeações e exonerações sucessivas.

Nossa dúvida é se o MEC seguirá sem produzir manifestações públicas e ações concretas sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Custo aluno Qualidade (CAQi), o Sistema Nacional de Educação (SNE) ou, ainda, sobre os efeitos nocivos da Emenda Constitucional nº 95 sobre a educação.

Nossa preocupação segue e se amplia: **com o anúncio do Sr. Abraham Weintraub como Ministro de Estado**, chancelado por Olavo de Carvalho, que cobra a realocação de seus alunos no MEC, está afastada a compreensão de que universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual e que brasileiros são canibais e ladrões? Os preconceitos contra o povo brasileiro e nordestino seguirão sendo verbalizados por um Ministro de Estado? Haverá proposições concretas para recomposição da capacidade de funcionamento de Universidades e Institutos Federais? Haverá garantia para materialização da gestão democrática nas instituições de educação, básicas e superiores? As Instituições federais terão sua autonomia afrontada? O Enem será realizado sem maiores sobressaltos e será desfeita a comissão com três pessoas para avaliar suas questões? Haverá “autorregulamentação” pelas instituições privadas de educação superior, conforme sinalizou um secretário do MEC? Qual será a opinião do novo ministro sobre autonomia dos entes federativos e das escolas? Será que está finalizado o combate contra “o marxismo cultural”? Patrocinará a discussão sobre desvinculação do orçamento para a educação? Como o novo Ministro pretende equacionar as disputas entre “olavetes”, militares e técnicos, que se instaurou no MEC? Tomará a efetiva implementação do Plano Nacional de Educação como norte para as políticas de educação no país, que é o mais importante para o país?

No quarto mês de governo, sem planejamento e diálogo com as entidades nacionais do campo educacional, o que marca o Governo Bolsonaro na área da educação é a tragédia da gestão Vélez Rodríguez, a ausência de projeto e a indicação de um nome, mais uma vez, sem efetivo conhecimento e experiência no campo, com fortes vínculos com o mercado financeiro e posições conservadoras e beligerantes. A sinalização é de não priorização do direito à educação e de ocupação da agenda educacional pelos interesses do poder econômico, somada à “guerra cultural” bolsonarista e sua agenda conservadora.

De modo a promover esclarecimentos sobre a condução da agenda educacional no país, propomos a presente convocação para que o Ministro compareça à Comissão de Educação, prestigiando os parlamentares, de forma urgente.

Sala da Comissão, 09 de abril de 2019.

Deputada MARGARIDA SALOMÃO
(PT-MG)

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
(PT-RS)

Deputada NATÁLIA BONAVIDES
(PT-RN)

Deputada REJANE DIAS
(PT-PI)

Deputado PEDRO UCZAI
(PT-SC)

Deputado WALDENOR PEREIRA
(PT-BA)

Deputado ALENCAR SANTANA
BRAGA
(PT-SP)

Deputado PATRUS ANANIAS
(PT-SP)

Deputada PROFESSORA ROSA
NEIDE
(PT-MT)

Deputado MARILIA ARRAES
(PT-PE)

Deputado REGINALDO LOPES
(PT-MG)

Deputado ZECA DIRCEU
(PT-PR)

Deputado JOSÉ RICARDO
(PT-AM)